PORQUE DEFENDEMOS O VOTO NULO NESTE SEGUNDO TURNO

APÓS AS ELEIÇÕES, É HORA DE INICIAR O BALANÇO DA FRENTE

PALHAÇADA – Nas eleições, houve repressão contra aqueles que exibiram sua indignação. Em Mato Grosso do Sul, eleitores com nariz de palhaço foram presos quando foram votar.

PÁGINA DOIS

AJUDA – Os 493 mil votos que elegeram Clodovil para deputado federal elegeram também um coronel da PM. O coronel disse que vai se integrar à bancada das armas.

INDIGESTÃO

O candidato tucano Geraldo Alckmin começou mal a sua campanha no segundo turno. Ele resolveu fazer um corpo-a-corpo em restaurante em São Paulo e foi questionado por uma eleitora: "É preciso esclarecer a origem do dinheiro do dossiê, mas também o dinheiro que comprou os vestidos da dona Lú (esposa de Alckmin)". O tucano deu um sorriso amarelo e não respondeu.

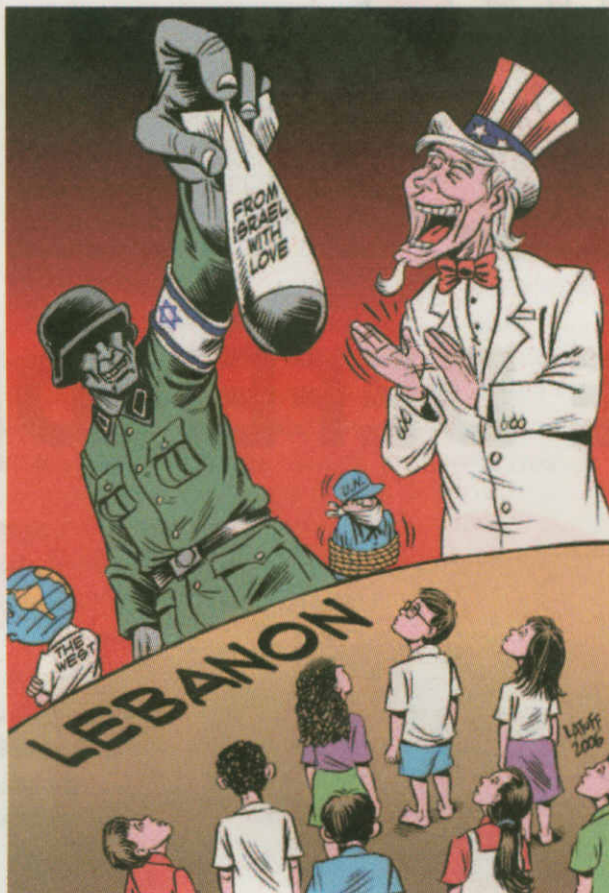
AMIGOS

A Casa Branca se surpreendeu com a ida de Alckmin ao segundo turno. De acordo com a Folha de S.Paulo, Bush dava como certa a vitória de Lula e tinha um telefonema agendado para o Planalto. Vai ter que esperar. Bush não cansa de falar que Lula é um dos seus melhores parceiros na América Latina. Querendo acompanhar mais de perto as eleições brasileiras, o Departamento de Estado dos EUA foi acionado para montar um perfil do tucano. Bush gostou do que leu.

PÉROLA

"Vejam o Collor. Ele voltou. Estava afastado há 14 anos. Com a experiência que tem poderá, se quiser, fazer um trabalho excepcional"

LULA, durante entrevista coletiva um dia após as eleições de 1º turno. Percebe-se o que ele entende por "experiência"...

CHARGE / LATUFF

Uma das charges de Latuff

LIKUD AMEAÇA CARTUNISTA

No dia 5 de setembro, um portal israelense ligado ao Likud – partido de ultradireita do qual fazia parte Ariel Sharon, publicou um artigo sobre o cartunista carioca Carlos Latuff. Em seu trabalho, o brasileiro critica duramente Israel por suas ações na Palestina e nos vizinhos árabes – como o Líbano – comparando, corretamente, o que o país faz atualmente com o que os nazistas fizeram no passado com os judeus. O Likud critica o que seria um "descuido" de Israel em relação ao "front da informação" e pede "ações" contra Latuff.

MÃOZINHA

A máquina do governo federal e o PT contribuíram de forma decisiva na reeleição de José Sarney ao Senado. O ex-presidente estava vendo sua reeleição seriamente questionada. Enviado por Lula, o ministro Silas Rondeau (Minas e Energia) chegou ao Amapá para "oficializar o início das obras" do programa Luz Para Todos. Foram prometidos R$ 70 milhões. Ao lado de Sarney, Rondeau lançou a pedra fundamental do sistema integrado (mina, ferrovia e porto) da empresa MMX.

ÉTICOS

Considerado por alguns como símbolo da "ética na política", o senador Jefferson Peres (PDT) disse que está inclinado a apoiar os tucanos. "Minha tendência é pelo Alckmin. Ele me parece alguém mais comprometido com a ética". O senador deve ter memória curta ou finge esquecer os vestidos da dona Lú, o dinheiro desviado da publicidade de São Paulo para campanhas tucanas e o mar de lama do governo FHC.

ESCREVA PARA A REDAÇÃO

opiniao@pstu.org.br

EXPEDIENTE

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **DIAGRAMAÇÃO** Gustavo Sixel e Mônica Biasi **REVISÃO** Marisa Carvalho **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5576 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - (82)9903.1709
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499
macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - R.Fonte do Gravatá, 36, Nazaré (71) 3321-5157
salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282, Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA
Rua C, Quadra C, 27 - Morada do Bem Querer - Candeias
www.pstu.org.br/conquista

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
www.pstufortaleza.org
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul - CONIC - Edifício Venâncio V, sala 506
Asa Sul - Brasília - DF
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

FORMOSA - Av. Valeriano de Castro, nº 231, Centro - (61) 631-7368
GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência)
(62) 3224-0616
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 Vila Planalto (67) 384-0144
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
uberaba@pstu.org.br
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Tv. do Vileta, 2519 - (91) 3226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1 (91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 -
joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sala 4

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Leão Coroado, 20 - Boa Vista - (81) 3222-2549
www.pstu.org.br/pernambuco

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br*
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro *niteroi@pstu.org.br*
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro *novaiguacu@pstu.org.br*
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE
sulfluminense@pstu.org.br
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
nortefluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Dr. Heitor Carrilho, 70 (84) 201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
ALVORADA - Rua Jovelino de Souza, 233, Parada 46 (51) 9284-8807
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br*
www.pstusp.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro – Av. João Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3235-2867 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - R. Coronel Domingos Ortiz, 423 - Centro
francodarocha@pstu.org.br
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 705 casa 2 Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica (11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Dr. Gurgel, 1555 - Vila Sta. Helena - (18) 3221-2032
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SANTO ANDRÉ -Rua Oliveira Lima, 279 sala 5 - 2º andar
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro (11) 4339.7186
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759 (12) 3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 *sorocaba@pstu.org.br*
SUZANO *suzano@pstu.org.br*
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

EDITORIAL

POR QUE VOTAR NULO

O segundo turno anuncia uma enorme polarização eleitoral no país. Lula e Alckmin vão para uma disputa acirradíssima. Uma eleição que estava praticamente ganha por Lula no primeiro turno transformou-se em uma disputa apertada por dois erros grosseiros do presidente e do PT. A montagem do dossiê contra José Serra e a ausência no debate na Globo causaram um terremoto na campanha.

Neste momento, mesmo os trabalhadores mais conscientes ficam na dúvida se não deveríamos apoiar Lula contra Alckmin. *"Apesar de tudo, Lula era operário, e Alckmin representa a burguesia"*. Ou ainda: *"Lula é ruim, mas é de esquerda, enquanto Alckmin é de direita"*.

Respeitamos muito a opinião e o sentimento desses trabalhadores, mas queremos explicar por que opinamos que a classe trabalhadora não deve apoiar nem Alckmin, nem Lula, e por que defendemos o voto nulo no segundo turno.

ALCKMIN É O CANDIDATO DA DIREITA TRADICIONAL, CORRUPTA E ANTIOPERÁRIA...

Temos em comum com muitos trabalhadores a rejeição aos banqueiros, à direita, a Alckmin e ao PSDB-PFL. Alckmin é um candidato burguês, apoiado por uma parte dos banqueiros e da direita tradicional. Quem se lembra do que foi o governo Fernando Henrique não pode deixar de repudiar sua nova versão com Alckmin.

O tucano tem a cara de pau de se dizer "contra a corrupção" e pelo "desenvolvimento econômico", mas é a continuidade do governo FHC, o responsável por um dos maiores (talvez o maior) escândalos de corrupção de todos os tempos. Só com as privatizações da Vale do Rio Doce e da Telebrás, o país foi roubado em cerca de 220 bilhões de reais, metade da atual dívida externa. Esse dinheiro foi enriquecer as multinacionais e os políticos do PSDB e do PFL.

O "desenvolvimento" defendido por Alckmin é o modelo neoliberal do FMI, imposto pelos governos Collor e FHC e também, infelizmente, por Lula. Um projeto que destrói a soberania do país, privatiza estatais, a educação e a saúde, dá bilhões a banqueiros e grandes empresários e retira direitos e renda dos trabalhadores.

...MAS LULA NÃO REPRESENTA OS INTERESSES DOS TRABALHADORES

A polarização entre Lula e Alckmin não é entre os trabalhadores, de um lado, e o capital, do outro. O governo de Lula, infelizmente, não governou para os trabalhadores e a maioria do povo, mas sim para banqueiros e grandes empresas.

As migalhas distribuídas no Bolsa Família têm a mesma explicação e o mesmo objetivo dos programas "sociais" dos governos de direita em todo o mundo: garantir uma base eleitoral e a aceitação do modelo neoliberal. Querem que o povo se iluda com pouquíssima coisa e aceite um plano econômico a serviço de banqueiros, empresários e latifundiários.

Não é por acaso que os banqueiros e a burguesia estão divididos neste segundo turno. Nas eleições de 2004, os banqueiros e grandes empresários financiaram tanto PT como PSDB, e agora estão apostando em Lula e Alckmin. Até Olavo Setúbal, dono do Itaú, reconheceu que "tanto faz" quem ganhe.

Bush, o maior representante do imperialismo, segue apoiando Lula. No próprio governo, existem grandes representantes da burguesia e da direita, como José Alencar (dono da maior empresa têxtil do país) e Henrique Meirelles (BankBoston).

ALCKMIN É DE DIREITA E LULA NÃO É DE "ESQUERDA"

No passado, Lula foi de esquerda, mas hoje faz um governo de direita. Como podemos definir um governo que seguiu o mesmo plano neoliberal de FHC? É de esquerda? Como definir um governo que manda tropas para o Haiti, a serviço de Bush? De esquerda? Como definir quem tem aliados como José Sarney, Maluf e Jader Barbalho? E a corrupção espantosa do governo Lula, não é a mesma da direita?

A realidade é que tanto Lula como Alckmin são representantes da grande burguesia e da direita neste país. Apesar de Lula ter uma origem operária e de esquerda, defende os mesmos planos de Alckmin. O voto em Lula é um voto em quem vai atacar duramente os trabalhadores com as reformas trabalhista e da Previdência.

LULA E ALCKMIN VÃO ATACAR OS TRABALHADORES. ORGANIZAR A LUTA!

A Câmara dos Deputados já aprovou, por proposta de Lula, o decreto do Supersimples, que retira dos trabalhadores das microempresas o direito ao 13º salário e a férias. Os donos dessas empresas podem, alegando dificuldades financeiras, retirar estes direitos históricos dos trabalhadores.

Tanto Lula como Alckmin já se comprometeram a ampliar esta reforma a todos os trabalhadores. O argumento é o mesmo usado por governos de direita em todo o mundo: "retirar estes direitos estimula os investimentos". Uma mentira, confirmada em todos os países em que a reforma trabalhista ocorreu. Os donos das empresas embolsam um lucro maior, e não existe "desenvolvimento" a mais.

A outra reforma, já definida tanto por Lula como por Alckmin, é da Previdência. O objetivo é elevar a idade mínima da aposentadoria para 65 anos.

Há uma enorme disputa eleitoral entre Lula e Alckmin. Mas não existe nenhuma diferença em seus projetos contra os trabalhadores, porque ambos defendem as mesmas propostas exigidas pelas grandes empresas. Se Lula representasse os trabalhadores e Alckmin a burguesia, teriam diferenças em seus programas. Mas não têm.

O VOTO NULO É A ALTERNATIVA REAL

Afirmamos que votar em Alckmin é aceitar a volta da direita tradicional, que está tentando se aproveitar da falta de memória do povo em relação ao governo FHC.

Afirmamos que o voto em Lula é um cheque em branco para quem já demonstrou servir aos interesses dos banqueiros e está preparando um grande ataque contra os trabalhadores, caso reeleito.

O voto nulo não indica somente a falta de alternativas eleitorais para os trabalhadores neste segundo turno. Uma grande soma de votos nulos enfraqueceria as duas candidaturas e o futuro governo eleito.

Estivemos juntos com o PSOL e o PCB na Frente de Esquerda no primeiro turno das eleições, com a candidatura de Heloísa Helena. Chamamos esses partidos, assim como os militantes independentes, a afirmarem conosco a defesa do voto nulo no segundo turno.

O ACERTO DA CONSTRUÇÃO DA FRENTE DE ESQUERDA

EDUARDO ALMEIDA, da redação

A participação da Frente de Esquerda nas eleições, com a candidatura de Heloísa Helena foi de grande importância.

É necessário realizar este balanço perante a militância que participou da campanha, porque neste momento isso pode estar ofuscado pelo pequeno número de deputados eleitos pela frente. Muitos tomam apenas o número de parlamentares eleitos como o elemento fundamental para o balanço das eleições. Assim, a frente teria sido completamente derrotada, porque o PSOL, que tinha sete deputados federais, só elegeu três. O **PSTU** não elegeu nenhum.

Para nós, este é um critério equivocado. É fundamental priorizar a importância política da Frente de Esquerda como uma alternativa aos dois blocos burgueses majoritários reunidos ao redor das candidaturas de Lula e Alckmin. Foi fundamental unificar a vanguarda que fez sua experiência com o governo Lula, para apresentar uma alternativa para os trabalhadores e a juventude. Este foi o resultado mais importante, que não existiria caso houvesse uma dispersão da esquerda em diversas candidaturas, sem possibilidade de apresentar uma alternativa forte.

Por isso, nos orgulhamos dos 6,5 milhões de votos dados a Heloísa. O voto tem motivações amplas e por vezes complexas. Mas podemos em geral atribuir estes votos aos trabalhadores e jovens que rompem com o governo Lula pela esquerda, e não aceitam apoiar a direita de Alckmin. Pelos contatos que temos com a base, podemos dizer que dentre os setores organizados sindicalmente (como metalúrgicos, bancários, professores, trabalhadores dos Correios, etc.), a porcentagem de Heloísa era mais elevada que no conjunto da população.

QUAL O CRITÉRIO DO BALANÇO?

O **PSTU** é um partido que tem como estratégia a revolução socialista, que só poderá chegar através de grandes mobilizações diretas das massas. As grandes mudanças neste país (como a reforma agrária e a ruptura com o imperialismo) não virão das eleições.

A grande burguesia controla e manipula as eleições, financiando a campanha de seus partidos e cobrando os "favores" depois. Isto pode ser feito com o domínio econômico da burguesia, pelo controle de TVs e jornais, com a compra direta dos votos etc.

A democracia burguesa serve para isso. Por exemplo, agora toda a bronca das massas contra os políticos e partidos foi transformada em uma pressão pelo voto útil em Lula ou Alckmin, dois representantes do mesmo projeto. Essa é uma expressão da farsa que é essa democracia. Depois será mais uma enorme frustração. Não dá para mudar este país através das eleições controladas pelo grande capital. Para mudar de verdade, só com grandes mobilizações das massas que terminem em uma revolução.

Com esta perspectiva, as eleições podem ser importantes como ponto de apoio para as lutas diretas. A eleição de parlamentares comprometidos com a luta contra as reformas trabalhista e da Previdência que o futuro governo (seja Lula ou Alckmin) vai aplicar seria muito importante. Mas o decisivo é a existência das lutas diretas, porque não será "convencendo" a maioria dos deputados que bloquearemos as reformas, e sim pressionando fortemente o Congresso com as lutas.

Por isso, para nós a não eleição de deputados é ruim, mas não é decisiva para o balanço da Frente de Esquerda. O fundamental é sua importância política para os trabalhadores.

A perspectiva reformista é oposta. O PT, assim como todos os partidos reformistas eleitorais, vive de eleição em eleição. Não tem compromisso com uma estratégia revolucionária e com as lutas diretas, e assim só resta o balanço dos deputados eleitos.

Mais ainda, os quadros destes partidos vivem dos salários dos gabinetes (deputados e assessores), dos postos do governo ou diretamente da corrupção. Dependem para sua sobrevivência do dinheiro do aparato de Estado. Por isso, colocam a eleição de seus parlamentares como uma questão de vida ou morte. Nasce daí o vale tudo nas eleições, com rebaixamento de programa e alianças com partidos burgueses. Esses partidos, por mais que se afirmem como oposição ao governo, terminam sendo parte do regime democrático-burguês.

Como temos outro critério, afirmamos que o balanço da Frente de Esquerda é positivo, por ter permitido que uma alternativa de esquerda se apresentasse, de forma unitária, entre PSOL, **PSTU** e PCB, contra Lula e Alckmin.

OS ERROS COMETIDOS

Reivindicar a Frente de Esquerda não significa desconhecer os erros cometidos. O primeiro deles tem a ver com o programa da própria frente. A base programática acertada entre PSOL, **PSTU** e PCB foi definida pelo Manifesto da Frente de Esquerda, que colocava como eixos da candidatura de Heloísa Helena a ruptura com o imperialismo (expressa especialmente na suspensão do pagamento das dívidas externa e interna) e a luta contra as reformas neoliberais (em particular a trabalhista e a da Previdência).

Ainda sem assumir com clareza as posições do manifesto, a candidatura de Heloísa cresceu dos 5% iniciais para 11% e 12%. A radicalidade da imagem de Heloísa, com sua postura combativa, ainda que sem um programa claro, assegurou este crescimento no primeiro momento da campanha.

Chegou a hora então do horário eleitoral, um segundo e mais difícil período da campanha, em que teríamos de enfrentar a desigualdade nos tempos de TV. Tivemos um minuto contra sete de Lula e dez de Alckmin. Seria necessário enfrentar essa luta desigual com uma perspectiva programática clara, ao redor de alguns eixos de campanha, que pudessem ser trabalhados a nível nacional, também com o tempo de TV nos estados.

Seria a hora de apresentar as definições contidas no Manifesto, da luta contra o poder dos banqueiros, da diferenciação com Lula e Alckmin, da denúncia das reformas e a defesa da ruptura com o imperialismo.

Não foi isso o que se fez. O programa de TV de Heloísa foi discutido em apenas uma reunião da coordenação da Frente, e outra coisa foi feita, bem diferente das conclusões discutidas. Os programas de

TV tentaram amenizar a imagem "radical" de Heloísa com pouco ou nenhum conteúdo programático. O objetivo foi claro: tentar, com uma imagem menos "radical", crescer nas pesquisas. Nem sequer a diferenciação clara com Lula e Alckmin existiu de fato nos programas. Só quando Alckmin mudou de tática e começou a atacar seriamente Lula os programas de Heloísa começaram também a fazê-lo.

Mais ainda, César Benjamin, candidato a vice-presidente, apresentou uma proposta de programa oposta à contida no Manifesto. O eixo de César, assumido por Heloísa, era apenas a redução da taxa de juros, deixando de lado a ruptura com o imperialismo e a luta contra as reformas. Heloísa também defendeu abertamente posições contrárias aos movimentos sociais, como, por exemplo, sua posição contra o aborto, se chocando contra os movimentos das mulheres.

No entanto, a manobra não conseguiu ampliar o peso eleitoral de Heloísa. Perante a polarização Lula x Alckmin, os índices baixaram até voltar aos 6,5%.

Uma oportunidade política muito importante foi perdida. Com uma definição programática clara, poderíamos ter feito avançar a consciência de uma parte dos trabalhadores e da juventude, ao mesmo tempo em que prepararíamos as futuras lutas contra as reformas.

ATROPELOS DURANTE A CAMPANHA

Na preparação da campanha, tivemos que enfrentar uma face negativa do PSOL, como a imposição da candidatura de César Benjamin a vice-presidênte. Cabia ao **PSTU** essa candidatura, na figura de José Maria, liderança sindical metalúrgica e da Conlutas. A imposição de uma chapa nacional pura do PSOL (Presidência e vice) revelou uma postura hegemonista deste partido, e ameaçou a concretização da Frente. O **PSTU**, para garantir a existência da frente, aceitou o acordo de não ter a vice, lançando as candidaturas ao senado em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Essa postura equivocada voltou a se expressar durante a campanha. Heloísa priorizou a campanha de alguns candidatos, gravando declarações de apoio, por exemplo, a Ivan Valente (SP), Fantazzini (SP) e Babá (RJ), em detrimento dos outros candidatos da frente.

Em particular o **PSTU** foi afetado diretamente por esta prática equivocada, que sequer Lula teve no passado. Nós apoiamos uma candidata a presidente que não apoiava nossos candidatos a deputados e só alguns do PSOL.

Da mesma maneira, foi um equívoco a falta de apoio de Heloísa nos estados em que o **PSTU** tinha a candidatura da frente ao governo, como em Minas Gerais e Sergipe. Minas, por ser o segundo colégio eleitoral do país, recebia quase todas as semanas a presença de Lula e Alckmin. Heloísa por passou duas vezes no estado, e por algumas horas (sequer um dia inteiro).

No caso de Sergipe foi pior, porque Heloísa queria apoiar "também" João Fontes, candidato ao governo pelo PDT. Os militantes do **PSTU** e do PSOL do estado reagiram claramente a esta postura. O acordo nacional entre os partidos que deu base para a Frente de Esquerda impedia a aliança com partidos burgueses nos estados. Na única viagem de Heloísa a Sergipe, ela foi recepcionada pelos militantes do **PSTU** e do PSOL no aeroporto, como no resto do país. No entanto, saiu de lá com João Fontes, e suspendeu a atividade de rua acertada com antecedência, gerando uma revolta entre os militantes do PSOL e do PSTU da região.

Propomos uma reunião da coordenação da frente para discutir a posição sobre o segundo turno. Defendemos o voto nulo, única postura coerente com a nossa campanha.

MAIS UMA VEZ, A IMPORTÂNCIA DA FRENTE

Os problemas ocorridos durante a campanha não nos fazem duvidar do acerto na constituição da Frente de Esquerda. Ao contrário, mais do que nunca dizemos que foi um acerto poder apresentar uma alternativa eleitoral unitária. Imaginemos o que ocorreria, perante a enorme polarização ocorrida entre Lula e a Alckmin (e com apenas um minuto de TV), se a esquerda se apresentasse dividida nas eleições. Não teríamos a unidade nos setores de vanguarda que fizeram a campanha. Não teríamos uma proposta mais forte para apresentar contra Lula e Alckmin.

Estes 6,5 milhões de votos dados a Heloísa são um patrimônio político importante para o futuro do país. É inevitável que os trabalhadores façam sua experiência negativa com o futuro governo eleito. Estes setores dos trabalhadores e da juventude que votaram em Heloísa poderão estar na vanguarda das lutas contra o futuro governo.

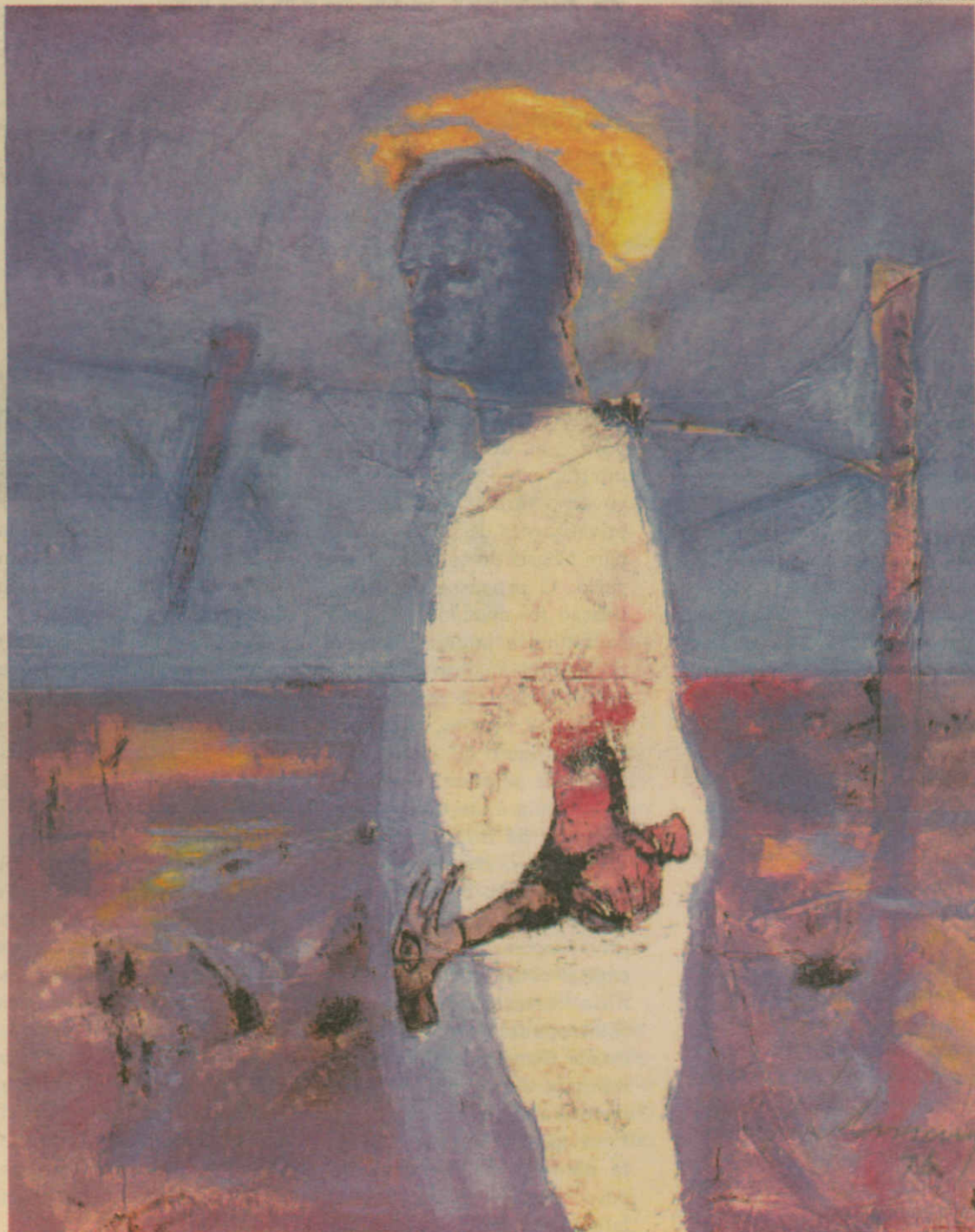
E AGORA? SEGUIR LUTANDO UNIDOS

Além de ter sido um acerto político, a experiência da Frente de Esquerda foi muito importante para as direções e demais militantes dos três partidos, assim como para os ativistas independentes que se somaram à campanha. Foi possível conhecer melhor as posições, os métodos das experiências de cada um.

Agora é importante encarar uma reflexão coletiva de balanço destas eleições, assim como acertar a possibilidade de manter a unidade ao redor de lutas comuns.

A primeira delas é a posição ao redor da indicação do voto nulo no segundo turno. O **PSTU** propõe que exista uma reunião da coordenação da frente para discutir esta posição. Nós nos manifestamos pelo voto nulo, a única postura coerente com tudo o que dissemos durante o primeiro turno sobre Lula e Alckmin. E achamos que seria muito importante haver uma postura unitária a este respeito.

Da mesma maneira, achamos fundamental que já comecemos a preparar em comum as lutas contras as reformas trabalhista e da Previdência, já anunciadas para o futuro governo, seja Lula ou Alckmin. A Conlutas está encaminhando uma campanha nacional contra essas reformas e está sendo discutido um encontro nacional unitário no início do próximo ano com todas as forças contrárias a elas.

NEWMAN SCHUTZE

VOTE NULO NO SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES

O BOM CORRUPTO À CASA VOLTA

Jogo viciado da democracia dos ricos permite a eleição de notórios corruptos

As eleições trouxeram o que para alguns seria uma grande surpresa. Notórios picaretas e antigos corruptos envolvidos em famosas maracutaias foram eleitos, apesar da forte campanha de mídia da "cassação pelo voto" e da "depuração". Pura fantasia. O retorno dos picaretas expõe de forma incontestável o verdadeiro funcionamento da democracia dos ricos e corruptos.

"ELLE" VOLTOU...

Um dos maiores medalhões da corrupção do país, o ex-presidente Fernando Collor foi eleito senador por Alagoas por meio dos velhos acordos políticos entre as oligarquias e os coronéis do estado, além do controle de parte da imprensa local por sua família. De volta a Brasília, o ex-presidente disse que vai fazer campanha para Lula.

...MAS NÃO VEIO SOZINHO

Outro notório corrupto que estará na Câmara é Paulo Maluf (PP), eleito com a maior votação do país para deputado federal. O ex-prefeito de São Paulo é réu em processos por lavagem de dinheiro, evasão de divisas e formação de quadrilha – chegou até a ser preso no ano passado. Eleito, terá imunidade e não poderá ser preso.

O ex-ministro Antonio Palocci (PT) também conquistou um salvo-conduto para não ir para a cadeia. Pouco antes de ser eleito deputado federal, o petista teve a prisão preventiva decretada, acusado de participar da máfia do lixo em Ribeirão Preto. Deputados envolvidos no esquema no mensalão retornaram em grande estilo, como João Paulo Cunha (PT), Valdemar da Costa Neto (PL) e José Mentor (PT). Até José Genoino, ex-presidente do PT, e seu irmão (cujo assessor carregava dólares na cueca), conseguiram se eleger e ganhar imunidade. Apesar de estar no centro do escândalo mais recente, Ricardo Berzoini, atual presidente do PT, também ganhou uma vaga.

JOGO VICIADO

Para garantir a dominação, a democracia burguesa cria a falsa idéia de que o povo decide tudo com o voto, de que basta votar para se livrar da corrupção. Mais uma farsa. As regras da democracia dos ricos são viciadas e permitem o retorno de picaretas.

Parlamentares podem renunciar para fugir da cassação e se candidatar apoiados por uma imensa máquina eleitoral, financiada por grupos empresariais e banqueiros, que garante o clientelismo, o cabresto e as campanhas milionárias. Os picaretas acabam conseguindo se eleger. O "novo" Congresso continuará roubando e ganhou agora um novo time de corruptos para reforçar a tarefa.

***JEFERSON CHOMA**, da redação*

O resultado das eleições presidenciais surpreendeu Lula e o PT. Algumas semanas atrás, todos davam como certa uma vitória já no primeiro turno. Mas o escândalo da compra do dossiê que explodiu nas vésperas das eleições foi implacável e frustrou os planos de Lula. A sucessão de denúncias envolvendo assessores diretos do presidente (seu churrasqueiro, o segurança e o marido de sua secretária particular) e a ampla campanha de mídia realizada por um setor da burguesia repercutiram nas eleições e levaram o candidato tucano, Geraldo Alckmin, ao segundo turno. Pesou também a sucessão de erros cometidos pela campanha de Lula, como a ausência no debate da Rede Globo. O crescimento expressivo de Alckmin na reta final, sobretudo em São Paulo, foi decisivo para que, por uma estreita margem de votos, Lula deixasse escapar sua reeleição.

O impacto do escândalo também teve efeito nas eleições estaduais e o PSDB conseguiu sair vitorioso em dois estados importantes, São Paulo e Minas Gerais.

O resultado mostra que há uma divisão na burguesia brasileira. Um setor segue apoiando Lula e aposta que o presidente reúne "melhores condições", pelo seu prestígio perante a classe trabalhadora e o povo, para aplicar medidas exigidas pelo imperialismo e pela burguesia, como a nova reforma da Previdência e as reformas sindical, trabalhista e universitária. Para isso, pensam empresários e representantes do capital financeiro, é preciso eleger um presidente que tenha controle efetivo sobre as principais organizações das massas como a CUT, o MST e a UNE, hoje no campo do governo. Há setores da burguesia que se aproveitam da polarização para pressionar Lula a realizar sem demoras, caso reeleito, as reformas neoliberais.

Há um outro setor da burguesia que aposta seriamente na eleição de Alckmin para realizar as reformas e reconduzir a direita tradicional ao Palácio do Planalto.

A realização do segundo turno ameaça seriamente, pela primeira vez, a reeleição de Lula. Mas esse quadro só existe porque o governo manteve o mesmo plano econômico e a mesma corrupção do governo de Fernando Henrique Cardoso. A oposição de direita aproveitou-se eleitoralmente do desgaste do governo e obteve uma vitória parcial no primeiro turno.

Nos próximos dias devem aumentar as denúncias de corrupção, os ataques da oposição de direita e as cobranças sobre a origem do R$ 1,7 milhão para a compra do dossiê. Lula terá que explicar todos os escândalos que abalaram seu governo. Por outro lado, haverá também uma enorme onda entre trabalhadores e ativistas dos movimentos sociais de apoio à candidatura de Lula para "evitar a volta da direita".

ALCKMIN: A CARA DA DIREITA TRADICIONAL

A oposição burguesa aposta na falta de memória do povo

O governo de PSDB-PFL foi responsável pela introdução do projeto neoliberal no Brasil, que golpeou profundamente a nossa soberania. Foi com FHC que o desemprego aumentou de forma assustadora e as dívidas externa e interna explodiram. No seu governo foram realizadas as privatizações de 133 estatais, para alegria do capital estrangeiro. O processo de privatização foi marcado por uma roubalheira jamais vista. A Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, foi vendida por R$ 3,338 bilhões, o equivalente ao lucro de apenas três meses da empresa.

Alckmin é um típico representante da direita tradicional do país. No seu governo em São Paulo, o tucano também promoveu uma onda de privatizações que entregou ao capital estrangeiro a companhia estatal de energia (Eletropaulo) e o banco do estado (Banespa). Além disso, reprimiu duramente os movimentos sociais.

A oposição burguesa aposta na falta de memória do povo, e sem vergonha na cara fala em defender a "ética na política". O recente escândalo do dossiê indica seu envolvimento com a máfia dos sanguessugas.

O governo de Alckmin também foi marcado por uma sucessão de escândalos de corrupção. Entre eles está o desvio de verbas de publicidade estatal para campanhas eleitorais do PSDB paulista.

PSDB e PFL querem voltar ao governo para roubar e aplicar a mesma política econômica que favorece os ricos e prejudica os trabalhadores. Alckmin é expressão desse setor e sua imagem está associada à de FHC e seu governo corrupto e entreguista.

Concordamos integralmente com os trabalhadores que rejeitam a candidatura dos banqueiros e empresários.

GOVERNO LULA: ESQUERDA OU DIREITA?

Infelizmente, ele não governou para os trabalhadores e para a maioria do povo, mas para banqueiros e grandes empresas

Muitos trabalhadores conscientes afirmam que Lula seria uma opção de "esquerda" para "impedir o retorno da direita" representada por Alckmin.

Compreendemos esse sentimento, mas não concordamos. O fato de Lula ter sido um líder operário confunde a consciência de milhares de trabalhadores. Seu governo é de direita, mas com a cara de um metalúrgico. O presidente, infelizmente, não governou para os trabalhadores e para a maioria do povo, mas para os banqueiros e as grandes empresas.

Durante o primeiro mandato, Lula manteve a política econômica neoliberal do governo FHC, retirou bilhões da saúde, da educação e dos programas de reforma agrária – por meio do superávit primário – para garantir o pagamento das dívidas. Além de ter aplicado medidas exigidas pela burguesia brasileira e pelo capital financeiro internacional, como a reforma da Previdência.

O governo Lula também praticou a mesma corrupção dos governos de PSDB/PFL, como mostram o mensalão e a compra do dossiê.

ALIADOS DE DIREITA

Um governo de esquerda não faria alianças com velhos representantes da direita, o que Lula fez. Entre os aliados estão José Sarney (que teve sua reeleição ao Senado garantida pela máquina do governo federal), Jader Barbalho, Ciro Gomes (ambos com campanhas apoiadas pelo governo) e agora Fernando Collor, que declarou apoio ao presidente no segundo turno.

Outro importante aliado de Lula foi o presidente norte-americano George Bush, maior símbolo da direita mundial. Em diversas ocasiões, Bush manifestou seu apoio ao petista, inclusive durante a crise política do ano passado, e o chamou de "parceiro". Em troca, Lula mantém uma vergonhosa ocupação militar no Haiti, reprimindo a população do país – realizando o trabalho sujo para o imperialismo.

A campanha do presidente é totalmente financiada por grandes empresários e banqueiros. Depois de eleito, vão cobrar a fatura e exigir que Lula continue governando para eles e implemente um dos maiores ataques aos direitos dos trabalhadores da história do país, as reformas sindical e trabalhista.

Alguns trabalhadores dizem que, sob o governo Lula, a pobreza diminuiu graças a programas sociais como o Bolsa Família. Mas essas medidas não resolvem os problemas estruturais da miséria e servem apenas para ocultar que o governo mantém o Brasil como um dos campeões da desigualdade.

Entre 1995 e 2004, houve um aumento de pobres no país de 12,6% para 15% (PNAD). Por outro lado, o governo destinou ao Bolsa Família um valor 90 vezes menor do que pagou em dívidas interna e externa.

Lula será o maior responsável caso o PSDB retorne ao governo. A partir do momento em que se igualou à direita no terreno econômico e na corrupção, o governo petista permitiu o fortalecimento da direita tradicional. Isso começou já no primeiro dia de governo Lula, quando varreu para debaixo do tapete toda a corrupção do governo FHC.

O resultado do primeiro turno mostra que a oposição de direita aproveitou-se eleitoralmente dos escândalos produzidos pelo governo petista e, por isso, ameaça a reeleição do presidente.

A HISTÓRIA DO "MAL MENOR"

No passado, partidos burgueses como o PMDB diziam que era preciso votar neles para impedir a volta da direita tradicional. Foi assim no Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves contra Paulo Maluf. O resultado foram os cinco anos do governo direitista de José Sarney.

Também foi assim nos anos 90, quando PT e PSDB aliaram-se para eleger Mário Covas governador de São Paulo, "contra a direita". Alckmin, vice do tucano, assumiu o governo depois de sua morte.

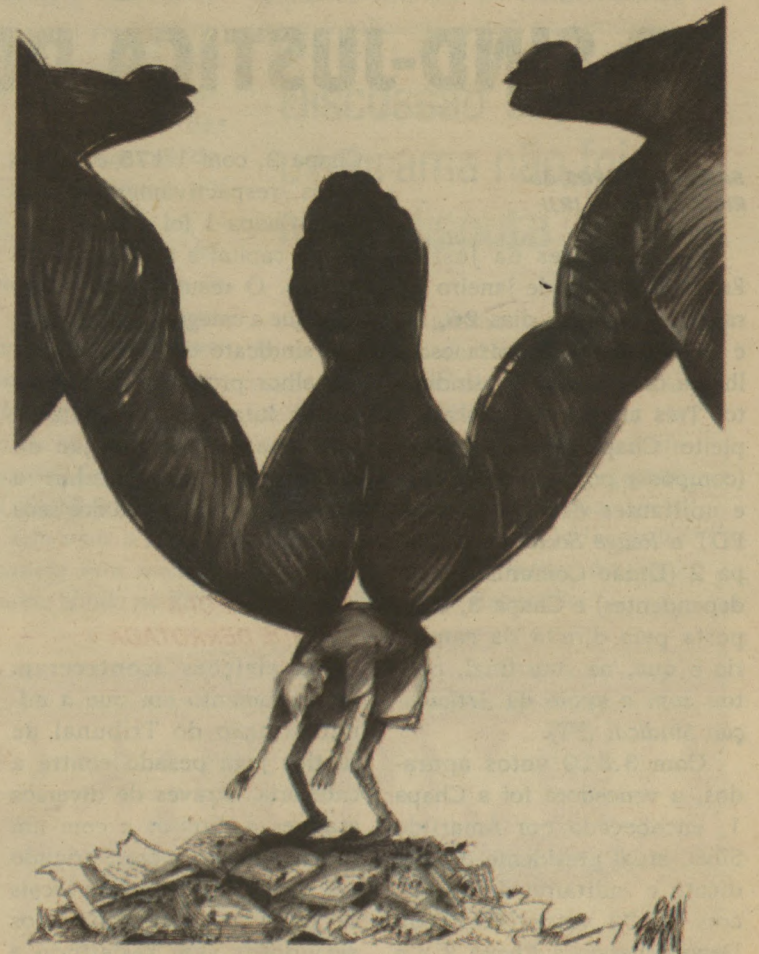
NEM LULA NEM ALCKMIN. VOTO NULO NAS ELEIÇÕES

Nem Lula, nem Alckmin representam os interesses dos trabalhadores no segundo turno. Apesar dos enfrentamentos eleitorais, não há nada mais parecido com um governo petista do que um governo tucano.

Ambos compartilham o mesmo plano econômico neoliberal e a mesma corrupção. Uma vez no poder, PT e PSDB vão efetuar ataques históricos aos trabalhadores com as reformas sindical e trabalhista. Eles disputam furiosamente entre si, apenas para ver quem vai se beneficiar do aparato de Estado.

Votar em Lula ou em Alckmin é, portanto, dar um cheque em branco para que prossigam com a corrupção e o roubo dos nossos direitos. Qualquer um que seja eleito vai tentar golpear duramente os direitos dos trabalhadores nos próximos anos com as reformas neoliberais. Optar entre um ou outro é o mesmo que um trabalhador dizer se prefere levar um tiro ou uma facada de um assaltante.

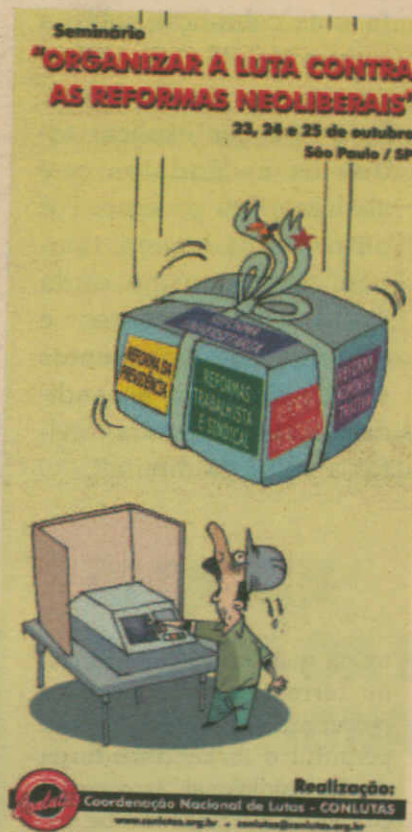
Diante disso, o **PSTU** chama o voto nulo no segundo turno. Uma expressiva quantidade de votos nulos poderia ser uma importante base para a continuação da Frente de Esquerda. E também enfraqueceria as duas candidaturas neoliberais e o futuro governo. Acreditamos que todos os companheiros da frente devem se pronunciar pelo voto nulo e a realizar conosco uma campanha por essa posição.

Defender o voto nulo seria a continuidade do que defendemos juntos no primeiro turno. É o caminho para continuar travando uma luta sem tréguas contra o projeto neoliberal, seja quem for o seu executante.

CONLUTAS FAZ SEMINÁRIO PARA IMPULSIONAR LUTA CONTRA AS REFORMAS

DA REDAÇÃO,

Tanto Lula quanto o candidato tucano à Presidência, Geraldo Alckmin, já deixaram claro que, uma vez eleitos, medidas como a reforma trabalhista e uma nova reforma previdenciária estarão na ordem do dia. Além das reformas, é praticamente consenso entre os parlamentares petistas e da oposição de direita a suposta necessidade de um ajuste fiscal ainda mais brutal a partir de 2007. A grande mídia, por sua vez, assim como nas privatizações e nas reformas previdenciárias de FHC e Lula, faz campanha aberta pela retirada de direitos.

Para enfrentar esses desafios, a Coordenação Nacional de Lutas realizará o seminário "Organizar a Luta Contra as Reformas Neoliberais", nos dias 23, 24 e 25 de outubro em São Paulo. O evento, aberto a todos os ativistas do movimento sindical, popular e estudantil, discutirá as reformas, uma política para enfrentá-las e um calendário de mobilizações.

O seminário contará também com participações internacionais, como a de Antonio Vidal, do México, que abrirá o evento discutindo o panorama internacional, a seguridade social e a legislação trabalhista. O seminário conta com o apoio do Ilaese (Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos), instituto que atua junto a sindicatos e movimentos sociais.

Capa do folder

PROGRAMAÇÃO

23/10
Manhã: Panorama Internacional / Seguridade Social e Legislação Trabalhista.

Tarde: Seguridade Social no Brasil e as Reformas da Previdência.

24/10
Manhã: Legislação Trabalhista e a Reforma Sindical e Trabalhista.

Tarde: Reforma Universitária.

Reforma Administrativa.

25/10
Manhã: Reforma Tributária.

Encaminhamentos: sistematização de propostas, publicações, reprodução do seminário nos estados.

As inscrições vão até o dia 15, com taxa de R$ 20.
Informações e inscrições:
Tel: (11) 3107 7984
Fax: (11) 3101 9880
secretaria@conlutas.org.br

JUDICIÁRIO

CHAPA DA CONLUTAS VENCE ELEIÇÕES DO SIND-JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

***SANDRO BARROS**, do Rio de Janeiro (RJ)*

Os servidores da Justiça Estadual do Rio de Janeiro foram às urnas nos dias 26, 27 e 28 de setembro para escolher a direção do seu sindicato. Três chapas disputaram o pleito: Chapa 1, da Conlutas (composta por independentes e militantes do **PSTU**, PCB, PDT e *Reage Socialista*), Chapa 2 (União Comunista e independentes) e Chapa 3, composta pela direita da categoria e que, na reta final, contou com o apoio da *Articulação Sindical* (PT).

Com 3.810 votos apurados, a vencedora foi a Chapa 1, encabeçada por Amarildo Silva, atual presidente do sindicato e militante do **PSTU**, com 1.534 votos (40,26%). Depois vieram a Chapa 3 e a Chapa 2, com 1.175 e 1.060 votos, respectivamente.

A Chapa 1 foi a mais votada na capital e no interior do estado. O resultado demonstrou que a categoria decidiu por um sindicato combativo, com o melhor programa e dirigentes de luta, para enfrentar a tentativa de privatização do Judiciário e encaminhar a mobilização em defesa dos seus direitos.

RESULTADO

CHAPA 1 - 1.534 votos (40,26%)

CHAPA 2 - 1.060 votos (27,82%)

CHAPA 3 - 1.175 votos (30,84%)

A DIREITA FOI A GRANDE DERROTADA

As eleições aconteceram num momento em que a administração do Tribunal de Justiça joga pesado contra a categoria, através de diversos ataques a direitos e com um brutal assédio moral, criando um clima de terror nos locais de trabalho. Apesar disso, os servidores vêm resistindo e impedindo que o projeto de sucateamento do Judiciário avance.

A saída para essa situação esteve presente sob a forma de duas alternativas: luta e conciliação, a última defendida pela direita. A polarização foi vencida pelas duas chapas compostas por lutadores, rechaçando a política do "sim senhor" da Chapa 3. Os votos dos lutadores somaram mais de 2/3 do colégio eleitoral.

DIVISÃO DOS LUTADORES, UM GRAVE EQUÍVOCO

A Chapa 2, composta por ativistas que renunciaram a seus cargos na gestão do sindicato que termina agora, escolheu o caminho da divisão da vanguarda. Sua campanha foi marcada por uma postura de puro denuncismo, muitas vezes igualando seu discurso ao da direita. Um grave equívoco, que poderia ter tido um resultado desastroso para os servidores.

"Estamos iniciando um novo momento no Sind-Justiça e nele é importante que os lutadores estejam unidos em defesa da categoria. Acredito que, apesar das diferenças, o ativismo saberá superá-las e construir uma forte resistência aos projetos neoliberais", declarou Amarildo Silva.

PETROLEIROS

MAIS UM SINDICATO SE DESFILIA DA FUP

***AMÉRICO GOMES**, da direção nacional do PSTU*

No dia 28 de setembro, mais um sindicato deixou a Federação Única dos Petroleiros (FUP). Desta vez, foi o dos petroleiros do Litoral Paulista que, em uma assembléia bem democrática e representativa, votaram pela desfiliação por 289 votos contra 67.

O sindicato do Litoral se soma agora aos três que já se desfiliaram: Alagoas e Sergipe, Rio de Janeiro e São José dos Campos. Os petroleiros de Duque de Caxias (RJ) marcaram um plebiscito e os do Pará e Amazonas já abriram o debate na base sobre a desfiliação.

A maioria da categoria, após as traições da FUP, está rompendo com a federação e construindo uma nova organização, a Frente Nacional dos Petroleiros. Com certeza, mais e mais bases seguirão este caminho e finalmente será possível varrer os governistas da FUP da categoria.

Outro acontecimento muito importante nessa assembléia é que um ativista da Conlutas propôs abrir a discussão sobre a desfiliação também da CUT. Segundo ele, seria muito importante se desfiliar da FUP, mas a CUT é a central que hoje cumpre a função de correia de transmissão do governo. Assim como os petroleiros necessitam de uma organização independente para organizar sua luta, os trabalhadores de todo o país necessitam de uma nova organização sindical e popular.

A este chamado, o diretor do sindicato Sérgio Salgado respondeu positivamente, afirmando que, principalmente no ramo petroleiro, onde a CUT se juntou à Força Sindical para fundar uma confederação, a necessidade de desfiliação da central é fundamental. Está aberto o debate. Agora é ir para a base, fazer a discussão política e marcar a data para a decisão.

BANCÁRIOS ENFRENTAM DIREÇÃO E VÃO À GREVE

DIREÇÃO DA CUT reconhece que há uma 'rebelião de bases'. Em São Paulo, sindicato boicota greve e ajuda banqueiros

***DIEGO CRUZ**, da redação*

Contrariando o chamado Comando Nacional da Contraf (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro), ligado à CUT, bancários de várias partes do país rebelaram-se e partiram para a greve por tempo indeterminado. O estopim foi a rodada de negociação entre bancários e a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) no dia 27, quando os banqueiros apresentaram uma proposta absurda para impedir a greve.

Depois de mais de 50 dias de negociação, os patrões ofereceram apenas 2% de reajuste, o que sequer cobre a inflação do período. A proposta também inclui PLR (Participação nos Lucros e Resultados) de 80% do salário acrescida de R$ 500 nos bancos que tiverem 25% de aumento em seus lucros. Isso num ano em que os bancos estimam aumentar em 43% seus rendimentos e a defasagem da categoria chega a 30% nas instituições privadas e supera 100% no Banco do Brasil.

SINDICATO DE SÃO PAULO BOICOTA GREVE

Apesar da intransigência dos banqueiros e da radicalização da base dos bancários, dispostos a parar por tempo indeterminado, o sindicato da categoria em São Paulo recusou-se a chamar a greve. A entidade da região que concentra a maior parte dos trabalhadores dos bancos limitou-se a convocar 24 horas de paralisação no dia 26. Por trás desse boicote, o medo de prejudicar a reeleição de Lula.

No entanto, na mesma semana, os bancários entraram em greve no Maranhão, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, em Salvador, em Florianópolis, no Rio de Janeiro e em Bauru, no interior de São Paulo. Revoltados com o Comando Nacional da Contraf (CUT), constituído majoritariamente por sindicalistas ligados à central do governo e ao PT, os bancários aprovaram em várias assembléias o pedido de destituição imediata do mesmo.

MARCELLO CASAL JR / AG. BRASIL

Agência da Caixa Econômica fechada em Brasília

"A Contraf (CUT) vem enterrando a greve desde o início da campanha salarial. Os bancários estão revoltados. Em Bauru, onde estamos em greve desde o dia 26, vamos lançar um jornal com o lema: 'Bancário grevista não pode ser representado por bancário fura-greve'", afirma Luís Alberto Castilho, representante de base, em referência ao fato de o comando não apoiar a greve, mas negociar em nome dos bancários grevistas.

O sindicato de São Paulo, dirigido por Luís Cláudio Marcolino, da mesma turma de Ricardo Berzoini e outros envolvidos em escândalos de corrupção, como Luiz Gushiken, adiou a greve para o dia 4, após as negociações com a Fenaban, marcadas para o dia 3. Burocraticamente, tentou impedir a todo custo a realização de assembléias.

O *Movimento Nacional de Oposição Bancária*, por outro lado, exigiu convocação de assembléia imediata para a deflagração da greve por tempo indeterminado. O racha no movimento teve destaque na imprensa. Na revista *IstoÉ*, um diretor da CUT que não se identificou reconheceu que a central estava sendo atropelada pela categoria. *"Foi uma rebelião da base"*, afirmou.

Mesmo com a posição traidora do sindicato, a greve ampliou-se para outros estados, demonstrando a disposição de luta dos bancários. Além dos que permaneciam em greve desde a semana anterior, bancários do Piauí, da Paraíba, de Alagoas, do Tocantins, da Bahia, de Belo Horizonte, de Brasília, de Goiás e de Porto Alegre aderiram à paralisação. Os próprios sindicatos dirigidos pela *Articulação*, mesma corrente petista da direção da CUT e da Contraf, foram obrigados a aderir à greve.

Piquete em Natal

Apesar do fortalecimento da greve, a posição do sindicato de São Paulo permitiu que os banqueiros não avançassem na proposta de reajuste. Na nova rodada de negociações, realizada na tarde do dia 3, a Fenaban propôs apenas 0,85% a mais de reajuste, aumentando sua proposta para ridículos 2,85%.

BANCÁRIOS X CONTRAF (CUT)

Para enfrentar o sindicato, os bancários elegeram representantes de base nas regiões em greve, constituindo o Comando Nacional de Base, que se reuniu no dia 2 em São Paulo. Estiveram presentes representantes da base de Bauru, do Rio Grande do Norte, do Maranhão, de Florianópolis e de Salvador. Eleito democraticamente na base da categoria, ao contrário do comando da Contraf (CUT), o grupo exige participar de todas as negociações dos bancários com a Fenaban.

"Estamos com uma greve muito forte no Maranhão, sobretudo nos bancos públicos. Aprovamos a destituição do Comando Nacional dos Bancários e elegemos um representante de base, mas a Contraf não aceitou que participássemos das negociações", denuncia Davi Sá Barros, representante de base. *"A Articulação atropelou seus próprios sindicatos, que perderam a finalidade de representar a categoria"*, afirma o bancário.

Hamilton Garcez, bancário do Banco do Brasil e representante de base de Florianópolis, diz que a categoria está indignada com a direção da confederação. *"Está todo mundo revoltado. Fui eleito como delegado de base à revelia do sindicato. Todo mundo sabe que esse comando da Contraf sofre interferência política"*, afirma. *"O Comando Nacional é chapa branca. Eles estão lá só para representar os interesses do governo"*, denuncia Juari Luís Chagas, representante do Rio Grande do Norte.

Em carta lançada à categoria, o Comando de Base convoca os bancários que não estiverem em greve a aderir ao movimento. O grupo defende ainda *"impulsionar as negociações dos bancos públicos em torno das mesas específicas, rompendo com a mesa única e reforçar a campanha unificada da categoria"*. Mesmo com a orientação de greve a partir do dia 4 pela Contraf, os bancários não devem depositar nenhuma confiança nos representantes da CUT e do governo, e precisam eleger seus próprios representantes de base para negociar com os banqueiros.

INICIATIVAS DA CONLUTAS

A Conlutas está solicitando aos sindicatos no país inteiro que apóiem a greve e disponibilizem suas estruturas para a luta. A entidade, junto com a Oposição Bancária, está realizando um levantamento diário da greve para informar imprensa e sindicatos. Tais iniciativas mostram o comprometimento da entidade com essa luta, ao contrário da paralisia da CUT.

WWW.PSTU.ORG.BR

Leia a carta dos bancários em greve aos demais estados

CHE GUEVARA: VIVO NA REVOLUÇÃO E NA ARTE

A PRÓXIMA EDIÇÃO da revista Marxismo Vivo trará artigos especiais sobre a vida e a luta de Che Guevara, morto em 9 de outubro de 1967. Aqui, oferecemos aos nossos leitores um roteiro sobre a presença e o impacto do revolucionário argentino no mundo das artes

***WILSON H. DA SILVA**, da redação*

Falar de Ernesto Che Guevara é, acima de tudo, falar da luta incansável pelo socialismo em escala internacional. Independentemente de toda e qualquer divergência com suas posições políticas e seus métodos, é impossível não vê-lo como símbolo da luta revolucionária, da rebeldia e do inconformismo. E é exatamente neste campo, o da simbologia, que sua presença é marcante no mundo das artes.

Desde seu assassinato nas florestas bolivianas, há quase quatro décadas, a figura de Che tem inspirado artistas (na música, no teatro, no cinema e nas artes plásticas), mantendo seu legado vivo e servindo para gerações de jovens como forma de expressão de sua própria rebeldia e insatisfação com o sistema.

São muitos aqueles que dizem que a reprodução indiscriminada da imagem de Che em camisetas, pôsteres e outros "produtos" não passa de uma apropriação indébita, por parte do próprio sistema, da figura do revolucionário. Uma apropriação, paradoxalmente, utilizada contra tudo aquilo que o líder da Revolução Cubana lutou: a mercantilização e a transformação em produtos de consumo de tudo e qualquer coisa, por parte do sistema capitalista; a banalização dos sentidos e propósitos da luta revolucionária e a massificação da própria arte.

Imagem de Che em muros

Em primeiro lugar, como sempre dizemos, essa é uma característica inerente ao próprio sistema capitalista: tentar se apropriar, distorcer e esvaziar o sentido de tudo aquilo que lembre a luta revolucionária. Segundo, se é verdade que é "estranho" e incoerente ver artistas e jovens completamente descompromissados com a luta revolucionária produzindo ou desfilando imagens de Che em seus quadros e camisetas, também seria uma estupidez não reconhecer que, para a grande maioria, resgatar sua imagem é, em algum nível e de alguma forma, homenagear alguém que dedicou toda sua vida à luta e ao combate ao capitalismo.

AS MUITAS VISÕES SOBRE CHE

Na raiz da transformação da imagem de Che em um ícone da cultura popular está a foto do cubano Alberto Korda, realizada em 1960 para o jornal *Revolucíon*. Após a morte de Che, Korda abriu mão dos direitos autorais da foto e liberou seu uso afirmando: *"Como apoiador dos ideais pelos quais Che morreu, eu não me oponho à reprodução da foto por aqueles que desejam propagar sua memória e a luta pela justiça social mundo afora"*.

Como se sabe (*e é possível ver nas imagens que ilustram esta página*), o desejo de Korda não foi inteiramente cumprido. Sua imagem ganhou releituras e reinterpretações nas mãos de gente tão distinta, do ponto de vista ideológico, como o norte-americano Andy Warhol, artistas comprometidos com a revolução e uma infinidade de anônimos que a utilizam todos os dias em pichações e grafites nas paredes de todo o mundo.

Como também era inevitável, nos últimos anos o cinema também retratou Che em vários filmes, a maioria deles, infelizmente, não disponíveis no Brasil. O mais conhecido até o momento é "Diários de Motocicleta", produção latino-americana de Walter Salles. Um tanto conservador em termos cinematográficos, o filme é, contudo, digno e belo na representação da viagem do jovem de classe média argentino pelos países da América Latina. Uma "travessia" usada como metáfora para a conscientização política de Che.

Tela de Andy Warhol

Também disponível nas locadoras, há o excelente documentário "Soy Cuba, o Mamute Siberiano". A história do filme é digna da vida do próprio Che. Filmado originalmente em 1964 pelo russo Mikhail Kalatozov, o filme retrata quatro histórias dramatizando o processo que culminou na Revolução Cubana, mostrando as diversas facetas dos envolvidos, desde a população rural até os estudantes universitários.

Benicio Del Toro

"Perdido" durante décadas, o filme foi recuperado por Ferraz, que, no documentário, discute não só o próprio processo de filmagem do original mas, fundamentalmente, o porquê de seu "desaparecimento". Algo que, em grande medida, só pode ser explicado pelos descaminhos da própria Revolução Cubana, já que o filme original de Kalatozov era, acima de tudo, um poético e veemente manifesto contra o capitalismo e o imperialismo.

Menos conhecido, mas também lançado no Brasil, há o documentário *"Ernesto 'Che' Guevara: homem, companheiro, amigo..."*, dirigido em 1996 pelo italiano Roberto Massari. Apesar de apresentar uma visão um tanto "oficialesca" da vida de Che (principalmente por ter sido co-produzido pelo governo cubano), o filme traça um retrato bastante completo sobre sua vida.

Com a aproximação do aniversário do assassinato de Che, há pelo menos uma "grande produção" já pronta e que deve ser lançada no início de 2007. Trata-se de "Guerrilha", uma cinebiografia realizada com ares de superprodução hollywoodiana. Dirigida por Steven Soderbergh, conhecido por seus filmes independentes e, geralmente, questionadores (como "Traffic"), a produção traz o ator mexicano Benicio Del Toro ("Sin City") no papel de Che. É o típico caso de esperar para ver o que foi feito.

PARA ALÉM DAS TELAS

Na literatura, há uma infinidade de romances, poemas e biografias dedicados a Guevara. Praticamente toda a obra de Eduardo Galeano (como "Veias abertas da América Latina" e "Dias de amor e de guerra") é pontuada por citações e reflexões sobre Che.

Cena de "Diários de Motocicleta"

Mais recentemente, o mexicano Jorge Castañeda também lançou uma ampla biografia intitulada "Che Guevara, a Vida em Vermelho".

No teatro, uma referência fundamental é "El dia que me quieras", do dramaturgo venezuelano José Ignácio Cabrujas. Escrito em 1979, a peça tem sido montada (em São Paulo) pela companhia Folias d'Arte, que tem forte tradição de encenações preocupadas com a reflexão crítica sobre realidade e fazer artístico. Nesta peça em particular, Che surge como personagem numa representação que, baseada na dialética de Brecht, opõe a perspectiva socialista do velho militante à indústria cultural, personificada pela figura mítica de Carlos Gardel, que, na peça, simboliza o abandono da marginalidade do tango do princípio de carreira.

EUA LIBERAM TORTURA CONTRA PRISIONEIROS

CECÍLIA TOLEDO, da revista Marxismo Vivo

Os EUA estão metidos num pântano no Iraque e tentam desesperadamente liquidar a resistência cada vez maior do povo iraquiano. No dia 29 de setembro, um fato de suma importância acrescentou mais horror a esta guerra suja. O Congresso norte-americano modificou a lei sobre tribunais militares, dando, pela primeira vez, respaldo legislativo a regras de detenção, interrogatório, acusação e julgamento de suspeitos de terrorismo. São leis muito diferentes das que são aplicadas normalmente nos Estados Unidos.

Com isso, o Congresso norte-americano legaliza as mais absurdas violações dos direitos humanos, entre elas a tortura para arrancar confissões de prisioneiros. Os horrores que vimos acontecer em prisões americanas como Abu Graib e Guantânamo não só não desapareceram como agora viraram lei. É de deixar qualquer jurista, por mais conservador e direitista que seja, de cabelo arrepiado. Os suspeitos não podem perguntar por que estão sendo presos. Ninguém pode pedir habeas-corpus. As provas arrancadas mediante pressão psicológica e tortura física têm validade legal contra o prisioneiro. Os acusados não podem recusar os advogados de defesa indicados pelos militares americanos. Os júris formados por oficiais militares não precisam chegar a concordância unânime para condenar um preso. Fica criada a figura do "combatente inimigo ilegal" e com isso o Poder Executivo pode manter preso por tempo indeterminado qualquer pessoa que se enquadre nessa categoria. Os funcionários norte-americanos ficam imunes a acusações de tratamento cruel, desumano ou degradante de presos capturados pelos militares e pela CIA.

E o mais importante: a nova lei dá a Bush o direito de definir, secretamente, se quiser, quais procedimentos poderão ser usados no interrogatório de presos acusados de terrorismo, mandar prender quem ele definir como "combatente inimigo", por quanto tempo quiser e sem direito a contestação.

LEY DE COMISIONES MILITARES

DARIO CASTILLEJOS / CAGLE CARTOONS

PÂNTANO

Enquanto o Senado dos EUA aprovava a lei que libera a tortura, as agências de inteligência americanas preparavam um relatório confidencial mostrando justamente como os EUA estão mais vulneráveis do que nunca a novos ataques terroristas. Intitulado "Tendências no Terrorismo Global: Implicações para os Estados Unidos", o relatório conclui que a guerra no Iraque fomentou o radicalismo. Em outras palavras, isso quer dizer que a resistência iraquiana contra a ocupação americana cresceu e se expandiu por todo o Oriente Médio, apesar de Bush gastar bilhões de dólares nessa guerra fratricida.

O relatório mostra não apenas que a resistência iraquiana contra ocupação está se fortalecendo, mas cresce também todo o processo de resistência às tentativas imperialistas de dominar o Oriente Médio, como a luta palestina e o Hizbollah.

Por isso, Bush amplia sua "guerra contra o terror", aprovando a lei que libera a tortura. Os EUA agem como se fossem a polícia do mundo. Seqüestram pessoas acusadas de serem terroristas e as mantêm presas em bases militares como Guantânamo.

Sabe-se que os EUA também mantinham dezenas de prisões secretas com milhares de prisioneiros, a maioria detida de maneira arbitrária, em países da Europa, Ásia e África. Nesses cárceres se pratica de forma indiscriminada a tortura, realizada por agentes da CIA e das Forçar Armadas ianques. A lei aprovada pelo Senado serve agora para dar uma "cobertura legal" a esse tipo de prática.

REAÇÕES CONTRÁRIAS

Com essa ditadura da legislação militar, Bush conseguiu boa parte dos poderes que desejava para continuar sua cruzada contra o que classifica como "eixo do mal". Mas sua base de apoio dentro dos EUA ficou ainda mais frágil. *"A imagem do Congresso correndo para tirar jurisdição dos tribunais em resposta a uma emergência politicamente criada é realmente chocante"*, disse o reitor da Escola de Direito de Yale, Harold Koh.

Para o professor de direito da Universidade de Georgetown, Neal Katyal, a criação de dois sistemas jurídicos – comissões militares para estrangeiros e julgamentos criminais regulares para americanos – pode ser uma violação da 14º Emenda à Constituição americana, que determina proteção igual a qualquer pessoa sob jurisdição do governo dos Estados Unidos.

Mas a lei não é só para suspeitos estrangeiros. Ela também autoriza o presidente a prender cidadãos americanos que considerar combatentes inimigos, mesmo que jamais tenham saído dos Estados Unidos. E, uma vez detidos numa prisão militar, ou em prisões militares secretas mundo afora, eles não terão um julgamento civil nem qualquer das proteções da Bill of Rights (direitos civis garantidos pela Constituição). *"Esse é um dos maiores retrocessos na legislação na história dos EUA"*, opinam a Anistia Internacional e outras entidades de defesa dos direitos humanos.

Bush acumula assim enormes poderes e deixa a Justiça de mãos livres para aumentar a perseguição contra os milhões de imigrantes que vivem nos Estados Unidos.

Versão de Bush para a "noite e a névoa", de Hitler

Essa legislação é muito semelhante aos métodos empregados por Adolf Hitler durante a ocupação nazista de vários países europeus.

Em 1940, Hitler baixou uma ordem militar, conhecida como "balanço do terror", que reprimia duramente os atos de resistência que resultavam em mortes de soldados alemães. Por cada militar alemão morto haveria como represália dos exércitos do Terceiro Reich um número determinado de execuções entre os combatentes da resistência e a população civil.

Essa ordem instituía a prática de prisão de reféns entre a população civil, que ficavam totalmente incomunicáveis. Sem qualquer direito de defesa, o prisioneiro de fato "desaparecia" nas mãos de seus captores.

Extermínio em massa nos campos de concentração

Em 1941 Hitler baixou o decreto Nacht und Nebel (Noite e a Névoa), que ordenava que todas pessoas detidas como suspeitas de colocar em perigo a Alemanha ou de resistirem à ocupação nazista – acusadas de serem "terroristas" - fossem retiradas dos países ocupados sob a escuridão da noite. A medida tinha como objetivo intimidar os prisioneiros que poderiam desaparecer sem deixar rastros e pistas para as suas famílias.

Segundo Hitler, o desaparecimento era menos impressionante do que a execução, com a vantagem de a pessoa não se tornar um mártir.

PSTU NAS ELEIÇÕES E NAS LUTAS!

***YARA FERNANDES**, da redação*

Durante os últimos meses, o **PSTU** envolveu-se na campanha eleitoral, integrou a Frente de Esquerda e defendeu uma alternativa à falsa polarização entre Lula e Alckmin. O partido apresentou candidatos que, ao contrário de muitos mensaleiros e sanguessugas reeleitos, têm história nas lutas dos trabalhadores. E, assim como em eleições anteriores, o **PSTU** associou sua campanha às mobilizações em curso.

Usamos nosso curto espaço na TV para apoiar a greve dos metalúrgicos da Volkswagen em defesa de seus empregos. A reta final da campanha coincidiu com as assembléias de bancários em todo o país, que iniciaram e seguem em greve em vários estados.

O PSTU batalhou desde o final de 2005 para que a Frente de Esquerda se formasse como alternativa à falsa polarização entre PT e PSDB/PFL. Alcançado esse objetivo, foi essencial o papel do partido no debate programático. Levamos a proposta de ruptura com o imperialismo a centenas de milhares de pessoas.

O partido fez a diferença na Frente de Esquerda e nestas eleições, apresentando seu programa e defendendo a necessidade de construir uma sociedade socialista. Além de estar à frente das lutas e reafirmar que elas mudam a vida.

Esta é a nossa vitória.

"O partido interveio mantendo sua principal característica, o apoio às lutas. Estivemos colados às principais mobilizações dos trabalhadores no país, como servidores federais, municipais – no meu caso, a greve dos bancários. Atuamos sempre tendo em vista que as eleições são um jogo de cartas marcadas. Mas foram essenciais a nossa participação na Frente de Esquerda, apresentando uma alternativa, e essa relação com as lutas. Tivemos na frente papel fundamental na discussão programática, levantando questões como a legalização do aborto, as cotas, o não pagamento da dívida. Este foi o nosso perfil – cumprimos os objetivos de trazer o debate programático da ruptura com o imperialismo e ligar a campanha às lutas dos trabalhadores".

Cyro Garcia, do Rio de Janeiro (RJ)

A campanha da Frente de Esquerda em Minas Gerais foi diferente porque conseguiu realizar atividades unitárias e ir além do programa nacional. Buscamos o máximo de unidade possível. Nossa campanha chegou a dezenas de municípios, ganhamos muitos apoiadores. Minha candidatura e a do Giba foram as mais bem votadas da frente no estado, o que tem grande importância. Nossa candidata ao governo, Vanessa Portugal, conseguiu se destacar das candidaturas de partidos nanicos de aluguel, mesmo com a enorme votação de Aécio Neves e o crescimento de Nilmário Miranda.

Sebastião Carlos "Cacau", de Belo Horizonte (MG)

CROMAFOTO

Dirceu Travesso, na assembléia de bancários

"Há uma vitória, principalmente pelo fato de apresentarmos uma alternativa à falsa polarização entre PT e PSDB/PFL. Na Frente de Esquerda, tivemos um papel importante nas discussões de programa. Houve a greve da Volks, em que a nossa participação foi importante, mas que infelizmente foi traída pela burocracia. Houve a mobilização dos metalúrgicos da GM em campanha salarial, e a greve bancária que começou a estourar em todo o país. Levantamos todas essas bandeiras em nossa campanha".

Dirceu Travesso, de São Paulo (SP)

"Consideramos uma grande vitória a participação do partido em Macapá. Nossa candidatura, que não tinha nenhum dinheiro, conseguiu uma boa votação, graças ao respeito e à moral que temos na categoria dos condutores. O partido também cresceu nesse período. O sentimento da categoria é de vitória, porque lutamos e atuamos com toda nossa força".

Joinvile Frota, de Macapá (AP)

"Nas escolas, nas diversas regiões e nos locais de trabalho levamos a discussão sobre a forma como o partido participa das eleições, a auto-sustentação financeira e a continuidade das lutas, que é a maneira pela qual realmente podemos transformar a sociedade. Ligamos a campanha à discussão da Conlutas, à necessidade de construir essa alternativa. Muita gente passou a conhecer o PSTU e isso deve resultar em diversos novos ativistas nas fileiras do partido".

Joaninha, de Florianópolis (SC)

PORTAL BATE RECORDE DE VISITAS NAS ELEIÇÕES

Durante a campanha eleitoral, as visitas ao Portal do PSTU aumentaram. Em agosto, primeiro mês de campanha na TV, o portal recebeu 516.932 visitas, com média de 16.675 por dia. Em setembro, o número subiu para 550.789, com média de 18.359 visitas por dia.

Também fizeram sucesso os blogs de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Já na reta final, o portal disponibilizou uma cola virtual, para que cada apoiador pudesse enviar uma recomendação de voto por e-mail aos amigos.

O portal foi um importante instrumento de campanha, e cumpriu também o papel central de vencer o pouco espaço e o bloqueio da mídia em relação à Frente de Esquerda.

Veja os resultados de todos os candidatos do PSTU no especial Eleições

Este suplemento é parte do Opinião Socialista N° 277. Pretendemos com ele apresentar nossas idéias sobre a necessidade de um partido revolucionário e convidar você a vir conhecer o nosso partido.

Por que necessitamos de um PARTIDO?

OS TRABALHADORES E A JUVENTUDE estão cansados de promessas eleitorais que não são cumpridas. A vida está cada vez pior, enquanto banqueiros, empresários e latifundiários têm cada vez mais lucros.

Com a chegada ao poder de Lula e do PT em 2002, havia imensas expectativas de que tudo seria diferente. Chegamos ao final do governo e o resultado foi uma enorme decepção. Hoje, apesar de a maioria ainda votar em Lula por medo da volta da direita, imperam a desconfiança e o ceticismo em relação a tudo que tem a ver com políticos e partidos. Muitos trabalhadores que são lutadores honestos perguntam se é correto ou não construir um partido.

O **PSTU** acha essa desconfiança justa e muito positiva, mas é preciso discutir que nem todos os partidos são iguais. Ao contrário, ter um partido para lutar é uma necessidade da nossa classe.

Os patrões têm seus partidos e os utilizam para controlar o Estado e seus aparelhos, para dominar, garantir seus lucros e propriedades e exercer seu poder.

Os trabalhadores precisam se organizar num partido com uma estratégia revolucionária de tomar o poder para os trabalhadores, de ser o instrumento de sua emancipação como classe. Ou seja, um partido com estratégia oposta à perspectiva eleitoral adotada pelo PT durante duas décadas.

Um partido para a revolução socialista

Os revolucionários encaram a construção do partido a partir do entendimento da atualidade da revolução socialista e da necessidade de construir uma direção à altura dessa tarefa.

O **PSTU** apresentou-se no processo eleitoral com a Frente de Esquerda, o apoio a Heloísa Helena e o lançamento de candidaturas de luta, com um programa de ruptura com o imperialismo e contra as reformas que tiram direitos dos trabalhadores. Usamos as eleições burguesas, enquanto as massas ainda acreditarem nelas, para divulgar nosso programa, denunciar os patrões e seus candidatos, hoje representados por Alckmin e também por Lula.

Para nós o parlamento burguês pode ser usado como ponto de apoio secundário para as lutas diretas. Buscamos eleger parlamentares revolucionários que o utilizarão como uma tribuna de denúncias políticas, que dê visibilidade e apóie as lutas dos trabalhadores.

Para o **PSTU**, a disputa eleitoral não vai resolver os problemas estratégicos de nossa classe. A luta pelo poder se dá em outro patamar, com a ação direta das massas e a organização independente da classe em seus organismos para tomar o poder político da burguesia. Para isso, é necessária uma direção política revolucionária consciente, o partido.

A necessidade histórica do partido revolucionário demonstra-se quando as massas já não querem mais viver como antes. A recente onda revolucionária na América Latina comprova que esse tipo de partido é mais atual do que nunca. Tivemos grandes lutas e mesmo insurreições, como na Bolívia e na Argentina, mas os trabalhadores não tomaram o poder. Isso foi assim pela ausência de um partido revolucionário de massas.

O partido revolucionário é, em primeiro lugar, seu programa, seu método, suas idéias, sua moral e suas tradições; e, só depois, uma organização.

Os limites da luta sindical

Uma falsa idéia predomina no interior da classe trabalhadora: sindicato é para lutar e partido é para concorrer às eleições. Essa concepção foi alimentada e reforçada pela estratégia eleitoral adotada durante anos pelo PT.

Muitos trabalhadores enxergam apenas na organização sindical a possibilidade de lutar. Para o **PSTU**, todo revolucionário deve impulsionar e participar das lutas cotidianas de nossa classe, grandes ou pequenas. Por isso construímos e participamos das organizações sindicais da classe trabalhadora e da juventude. Mas não deixamos de afirmar que a luta sindical, encarada como um fim em si mesmo, tem limites profundos.

No interior dos sindicatos existe uma luta diretamente política. Por exemplo, hoje a CUT apóia o governo Lula e boicota todas as lutas que possam enfrentar o governo e os patrões, como faziam os velhos pelegos. O PT apóia naturalmente a CUT. Os ativistas que rompem com o governo e com a CUT fundaram a Conlutas, apoiada pelo **PSTU**.

Portanto, existe nos sindicatos uma luta política que interessa diretamente a todos os trabalhadores. E eles não podem ser neutros, como no caso da campanha contra as reformas da Previdência e trabalhista do governo Lula. Neutralidade na luta de classes significa ficar ao lado dos que dominam e exploram os trabalhadores.

Os sindicatos também não podem deixar a luta pelo socialismo, ou acabarão se burocratizando e caindo nas garras do Estado burguês, como ocorreu com a CUT.

O **PSTU** é uma ferramenta política para intervir nas lutas, levando propostas aos sindicatos. Estes, por sua vez, não podem ser um apêndice do partido. Devem ser autônomos em relação à organização dos partidos e independentes do Estado.

As greves e as lutas sindicais e populares por melhores condições de vida, ao unir os trabalhadores, ensinam a eles como lutar contra os capitalistas e reconhecê-los como inimigos de classe. Mas os sindicatos são insuficientes para realizar a tarefa mais importante para os trabalhadores: a luta pelo poder político como classe.

Não existe forma de melhorar qualitativamente a vida de nossa classe sem o fim da propriedade privada. Permanecendo nos limites do capital, a luta econômica é reformista, mas sem reformas.

Nosso objetivo é convencer os trabalhadores da importância da luta política, entendida não como luta eleitoral, mas como luta dos trabalhadores pelo poder. Todo revolucionário deve atuar nos sindicatos, mas sempre com a estratégia da revolução socialista.

VENHA CONSTRUIR O PSTU

Sem organização, a classe operária não é mais do que matéria-prima para a exploração e jamais se emancipará como classe.

Por isso, queremos debater franca e abertamente com cada lutador, cada trabalhador que atua conosco nas lutas do dia-a-dia e cada ativista que esteve conosco na Frente de Esquerda, apoiando a candidatura de Heloísa Helena. Convidamos todos a vir construir o PSTU e transformá-lo conosco em força dirigente dos trabalhadores e numa organização cada vez mais forte e combativa.

BAIXAR OS JUROS OU...

A CAMPANHA DE HELOISA HELENA já foi uma vitória política por romper a polarização artificial entre as candidaturas de Lula e Alckmin. Mas é necessário transformar esse peso eleitoral em um real avanço político na consciência dos trabalhadores.

Houve um debate no interior da Frente de Esquerda sobre as alternativas ao atual plano econômico neoliberal: a frente defende ou não a ruptura com o imperialismo?

O manifesto da Frente de Esquerda, assinado por **PSTU**, PSOL e PCB, e que constituiu a base comum para o lançamento da frente, afirma com clareza: *"A proposta de um novo projeto alternativo econômico e social exige mudanças estruturais que o capitalismo brasileiro nunca realizou e que, nos marcos da globalização neoliberal, estão mais distantes do que nunca, porque não poderão ser realizadas sem uma ruptura com a dominação imperialista"*.

Para concretizar a ruptura, o manifesto indica a suspensão do pagamento das dívidas externa e interna: "Defendemos a proposta do movimento Jubileu Sul contra a dívida: suspender o pagamento da dívida externa e

realizar uma auditoria. Em relação à dívida interna, defendemos auditoria, conforme prevista na Constituição de 1988, e a discriminação de seu perfil, para identificar os especuladores e as grandes empresas – para os quais defendemos suspender o pagamento".

No entanto, Heloísa Helena não defendeu essas propostas, nem em seus programas de TV, nem em suas entrevistas. Ao contrário, falou essencialmente em reduzir as taxas de juros, sem qualquer projeto de ruptura com o imperialismo e a suspensão do pagamento das dívidas. César Benjamin, candidato a vice-presidente, apresentou uma proposta de programa para a frente ("Para governar e mudar o Brasil") que foi na prática a base das posições de Heloísa. Essa proposta foi publicada por César em sua página na internet.

Trata-se de um erro grave, que limita a possibilidade de avanços políticos na consciência dos trabalhadores. Estivemos na primeira fila da campanha eleitoral de Heloísa, mas não podemos fugir do debate.

Esse programa já se demonstrou equivocado

A proposta de Heloísa e César Benjamin foi defendida historicamente pela corrente desenvolvimentista nacionalista burguesa, que teve peso na década de 60, principalmente no governo João Goulart. Trata-se de uma alternativa por dentro do capitalismo, baseada no estímulo ao mercado interno.

Esse programa foi assumido pelo setor predominante da esquerda na época, o Partido Comunista. A burguesia nacional, obviamente, não apostou na mobilização de massas para enfrentar o imperialismo e tudo terminou em uma grande derrota, o golpe militar de 1964.

De lá para cá, a burguesia nacional foi se integrando mais e mais ao imperialismo, seja com a venda de suas empresas, seja por associações comerciais, financeiras e tecnológicas. Esse processo deu um salto com a globalização da economia – hoje não existe nenhum setor importante da burguesia nacional que não esteja integrado à dominação imperialista.

Isso inviabiliza qualquer projeto nacional desenvolvimentista, teoria que já tinha provado sua impotência no passado. Não por acaso Carlos Lessa, defensor dessas propostas e aliado de César Benjamin, foi demitido do BNDES por Lula sem que existisse qualquer crise importante.

Como expressão da evolução da realidade, o programa desenvolvimentista burguês recuou ainda mais. Se Goulart propunha as "reformas de base", hoje Benjamin defende essencialmente apenas a queda da taxa de juros.

Não existe possibilidade de desenvolvimento sem ruptura com o imperialismo

Nós também defendemos a redução drástica das taxas de juros, que são escandalosas no Brasil, as maiores do mundo. Mas não temos nenhuma ilusão de que isso possa, por si só, possibilitar um novo projeto para o país.

A taxa de juros é apenas um dos mecanismos de exploração do capital no Brasil – não é o único, nem o mais importante. Os baixíssimos salários, o pagamento das dívidas externa e interna, as reformas neoliberais (como a da previdenciária e a trabalhista), a privatização das estatais e a abertura da economia aos capitais imperialistas são partes fundamentais e decisivas do modelo neoliberal.

Baixar apenas as taxas de juros, deixando todo o restante, significa não só manter o capitalismo, mas também seguir nesse modelo. O Chile, primeiro país a implantar o neoliberalismo (da ditadura de Pinochet até os dias de hoje), tem uma taxa de juros real próxima de zero.

Não existe possibilidade de desenvolvimento real do país mantendo a dominação imperialista. É preciso romper com o imperialismo, o que poderia começar por três medidas de um hipotético governo de Heloísa:

1- Suspender o pagamento das dívidas externa e interna;

2- Reestatizar as empresas privatizadas, como a Vale do Rio Doce;

3- Revogar as reformas neoliberais já feitas (como a previdenciária) e acabar com as próximas (sindical e trabalhista e a terceira da Previdência).

Ou se pára de pagar as dívidas ou nada vai mudar

A primeira medida deveria ser a suspensão do pagamento das dívidas externa e interna, em razão da enorme sangria das riquezas do país e do fruto do trabalho de milhões de trabalhadores.

Quanto mais se paga, mais se deve. Somente nos governos Sarney e FHC, com juros e amortizações da dívida externa foram pagos US$ 635,7 bilhões, mas ela quase dobrou, passando de US$ 120 bilhões para US$ 236 bilhões.

A dívida interna hoje já é maior que a externa, e seu pagamento consome ainda mais riquezas do país. Em janeiro de 1995, na posse de FHC, ela era de R$ 153 bilhões. Lula assumiu com a dívida interna em R$ 731 bilhões, e em seu governo ela já ultrapassou a barreira de R$ 1 trilhão.

O governo Lula vai gastar com o pagamento das dívidas interna e externa cerca de R$ 530 bilhões, mais que os dois governos de FHC juntos (R$ 467 bilhões). Para pagar, o governo impõe o superávit primário e diminui os gastos com educação, saúde, reforma agrária, etc. Trabalhamos para pagar as dívidas, mas Heloísa e Benjamin não defenderam a suspensão de seu pagamento. Propuseram apenas auditoria e redução dos juros.

Com uma taxa de juros mais baixa, as dívidas deixariam de crescer no ritmo atual, mas seguiria impossível pagá-las sem comprometer os investimentos nas áreas sociais. Seria como se um trabalhador aceitasse pagar uma dívida gigantesca, que ele não fez, apenas porque o banco lhe diz que vai diminuir a taxa de juros.

Aceitar pagar com juros mais baixos significaria continuar a cortar duramente seu salário, afetar a saúde e a educação de seus filhos, etc. Ou seja, mesmo com juros mais baixos, ou se para de pagar as dívidas ou não se muda nada no país.

A necessária reestatização das empresas privatizadas

Os escândalos em torno da privatização da Vale e da Telebrás ajudam a demonstrar as sujas negociatas que estiveram por trás desses negócios multimilionários e fraudulentos.

A Vale foi vendida por R$ 3,3 bilhões, valor inferior ao lucro líquido da empresa apenas no segundo trimestre de 2005 (R$ 3,5 bilhões). A empresa norte-americana Merryll Lynch, com óbvios interesses no negócio, fixou o preço para a venda da estatal brasileira. Foram subavaliadas as reservas de ferro (12,8 bilhões de toneladas e não 3,2, como foi anunciado na venda), não foram incorporadas no preço ferrovias e portos, etc. O valor real da companhia é de R$ 127 bi-

-lhões, cerca de quarenta vezes a mais do que foi vendida.

O patrimônio da Telebrás é avaliado em mais de R$ 120 bilhões, mas foi vendida por R$ 22 bilhões, menos de um quinto do seu valor.

Essas privatizações, comandadas pelo PSDB e pelo governo FHC, estiveram entre os maiores episódios de corrupção da história do país.

Lula manteve as privatizações e deu seqüência a essa política. Privatizou bancos estaduais e fez avançar o processo de privatização parcial da Petrobras. O Estado ainda possui 55,7% das ações com direito a voto na empresa (ações ordinárias), o que continua a caracterizá-la como estatal, mas já não tem a maioria do capital social. Hoje mais de 60% do capital da Petrobras é privado e praticamente 50% das ações estão em mãos estrangeiras.

Por tudo isso, colocamos como tarefa de primeira ordem a reestatização imediata de todas as estatais privatizadas, a começar pela Vale do Rio Doce. Defendemos também a revogação das medidas parciais de privatização da Petrobras e a suspensão dos leilões das reservas.

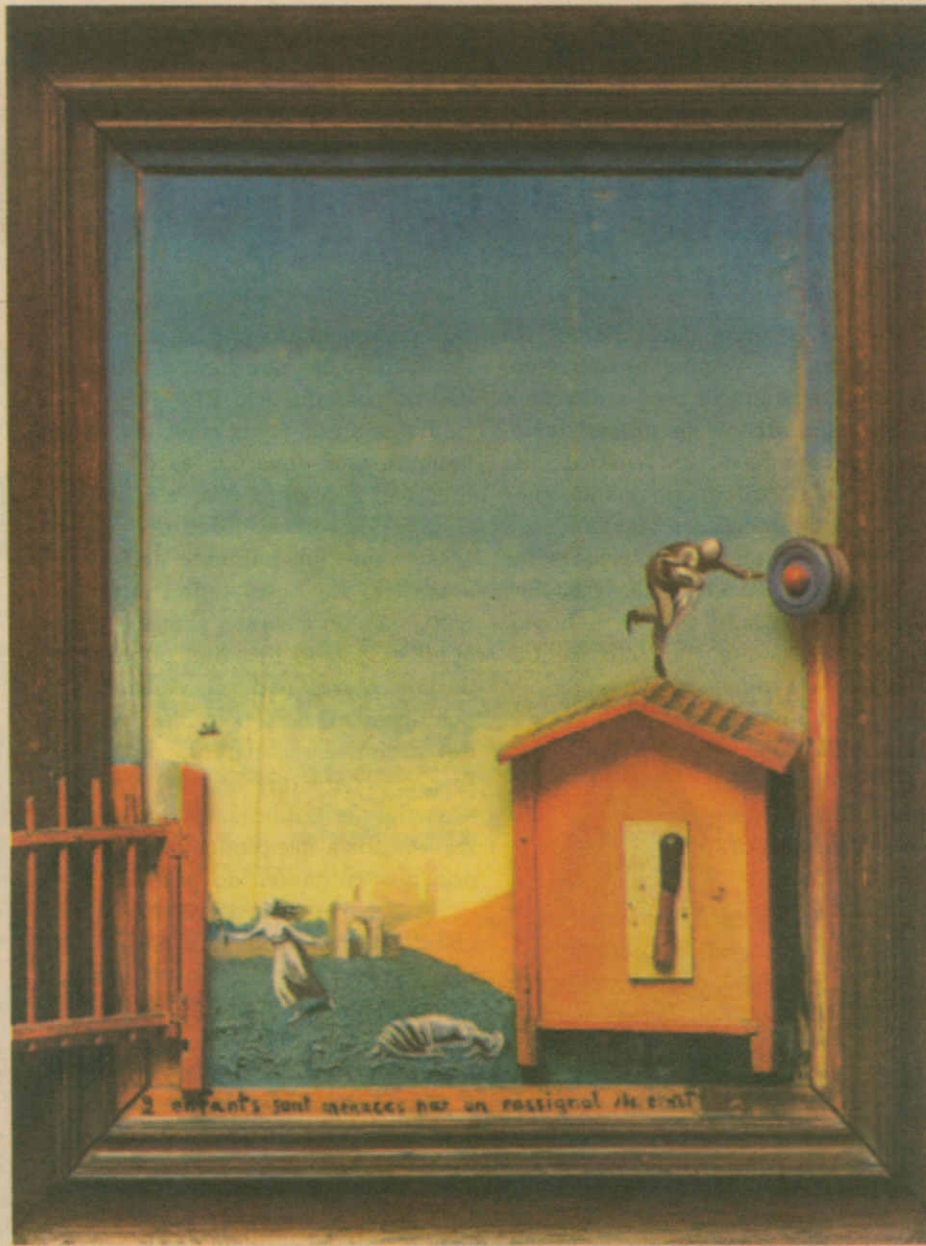
Infelizmente, César Benjamin defendeu apenas a auditoria das privatizações. Não propôs a reestatização. A lógica de apenas baixar os juros o levou a não apoiar uma bandeira do movimento social, que tinha enorme importância para a Frente de Esquerda.

MAX ERNST

A luta contra as reformas

É hora de discutir com clareza o significado da vitória de Lula ou Alckmin em outubro. Ambos pretendem impor o maior ataque que os trabalhadores brasileiros já sofreram na história. Imagine a combinação da nova reforma da Previdência com a reforma sindical e trabalhista. Direitos históricos como férias e décimo-terceiro salário seriam perdidos, as greves seriam praticamente proibidas e a idade mínima para aposentadoria seria de 65 anos.

Por isso, defendemos um eixo claro de ruptura com o modelo neoliberal: anular as reformas já aplicadas e acabar com as previstas. Se este tivesse sido um dos grandes eixos da campanha, teríamos preparado o movimento de massas para o ataque que seguramente virá no possível segundo mandato de Lula.

Infelizmente, o programa proposto por César Benjamin não tocou nesse tema. Mais uma vez a lógica da diminuição da taxa de juros foi a base. E, ainda que Heloísa tenha defendido a luta contra as reformas, evidentemente este não foi um eixo da campanha.

Não se pode deixar de lado as bandeiras dos movimentos sociais

A discussão sobre o programa da Frente de Esquerda não foi mera disputa entre partidos. O que o **PSTU** defendeu não é patrimônio nosso, mas dos movimentos sociais do Brasil. A radicalidade das greves da década de 80 permitiu que o movimento de massas assumisse um programa que, se não tinha como objetivo o poder, defendia bandeiras de ruptura (com o imperialismo e o latifúndio) muito importantes. Basta ver os programas de fundação da CUT e do PT.

Isso foi modificado na década de 90, com as parcerias da direção do PT com a burguesia. Mas o programa de ruptura permaneceu vivo em muitos movimentos sociais que seguem defendendo o não pagamento das dívidas, a reforma agrária, etc. Além disso, outras bandeiras foram incorporadas, como a luta contra as reformas neoliberais e pela reestatização das empresas privatizadas.

A Frente de Esquerda poderia ter dado voz a essas bandeiras nas eleições, o que teria um valor enorme para ampliar sua base e fortalecer as próximas lutas do movimento sindical estudantil e popular. O programa de Benjamin se afastou dessas bandeiras, que indicam a ruptura com o imperialismo, para apostar na diminuição das taxas de juros. E, pior, Benjamin defendeu propostas insustentáveis em qualquer fórum do movimento.

Sobre o salário mínimo, César defendeu *"uma pactuação, na forma da lei, para garantir a continuidade da recuperação do salário mínimo, em bases estáveis e sustentáveis, em um horizonte temporal ampliado...de modo a se alcançar a duplicação do salário mínimo no menor tempo possível. Se, por exemplo, o fator adicional de aumento for 7%, pode-se estimar em sete anos o período necessário para alcançar esta meta, a depender do crescimento obtido no PIB."* (pág. 50)

Isso significa que um governo de Heloísa não se comprometeria sequer com a promessa rebaixada (e não cumprida) de Lula em 2002 de dobrar o salário mínimo em quatro anos. Uma proposta como essa, completamente equivocada, se tivesse sido adotada pela frente, iria contra todo o movimento sindical que está em ruptura com o governo, porque se trataria de manter o arrocho e não de combatê-lo.

O manifesto da frente defendeu a duplicação imediata do salário mínimo, o que deveria ser uma das primeiras medidas de um governo de Heloísa. Essa medida inicial deveria ter como objetivo chegar ao salário mínimo do Dieese ao final do mandato.

O mesmo problema ocorreu com a postura contrária ao aborto de Heloísa. Mais uma vez, não se trata de uma bandeira do PSTU, mas dos movimentos sociais. As companheiras dos partidos da frente de São Paulo aprovaram a seguinte posição: *"Diante da entrevista de Heloísa Helena, candidata à Presidência pela Frente de Esquerda, ao "Jornal da Globo", na madrugada de sexta-feira (1/09), nós do Comitê de Mulheres da Frente de Esquerda de São Paulo (PSOL,* ***PSTU*** *e PCB) trazemos a público nosso programa para o estado em relação à saúde e aos direitos reprodutivos da mulher. Sabemos que o aborto acontece no país de forma clandestina, privilegiando a burguesia que pode pagar por ele, as clínicas clandestinas que lucram muito e o conjunto dos governantes que não querem polemizar com os setores religiosos, que colocam sua posição de forma dogmática, e com as bancadas envolvidas nos esquemas ilícitos. Diante dessa realidade, afirmamos o programa de governo para São Paulo do candidato pela Frente de Esquerda, Plínio de Arruda".*

Entre os pontos listados pelas companheiras estavam a "descriminalização e legalização plena do aborto".

Discussão sobre programa não foi mera disputa

Voltamos a afirmar a importância da candidatura de Heloísa como instrumento de combate à falsa polarização entre PT e PSDB. Exatamente por isso acreditamos que, na reta final, Heloísa deveria ter assumido o programa de ruptura com o imperialismo, apoiado nas bandeiras acumuladas pelos movimentos sociais e centro do manifesto da Frente de Esquerda.

ROMPER COM O IMPERIALISMO?

A polêmica sobre o CENTRALISMO DEMOCRÁTICO

UMA DAS GRANDES DISCUSSÕES sobre concepção de partido é a do centralismo democrático. A propaganda imperialista, particularmente depois da derrubada das ditaduras stalinistas no leste europeu, associou a defesa do socialismo ao stalinismo. A partir daí, tudo o que se relaciona com a estratégia da revolução socialista é demonizado como "stalinista" e "burocrático".

O centralismo democrático, que nada tem a ver com centralismo stalinista, é até hoje rejeitado, mesmo por setores que seguem reivindicando o socialismo. No entanto, como se verá, trata-se do único funcionamento democrático, em que a base pode decidir a política do partido.

O stalinismo e o centralismo burocrático

No centralismo stalinista (de partidos como o PCdoB), não existe democracia interna. É proibido apresentar diferenças com a política da direção, e os que tentam fazê-lo são expulsos. Isso significa que a base não decide nada. A centralização se dá ao redor da política da direção e não do se que vota livremente nos congressos do partido. Aliás, não existe nenhuma discussão livre nos congressos, já que são proibidas as tendências e frações.

Esse regime burocrático, consagrado pelo stalinismo, está a serviço de uma política de traição à revolução e conciliação com a burguesia. É como se numa greve a burocracia sindical, para fazer acordo com os patrões, rejeitasse qualquer decisão das bases porque sabe que pode perder. Hoje, por exemplo, existe insatisfação na base do PC do B pelo apoio ao governo Lula, mas não há nenhuma possibilidade de discussão livre em seu interior. Quem apresentar uma proposta de ruptura com o governo será expulso do partido.

O regime burocrático do PT

Existe outro regime, diferente do centralismo stalinista, mas igualmente burocrático. É o regime dos partidos social-democratas, como o PT. Nele, aparentemente "todos podem fazer o que quiserem", porque não existe nenhum centralismo. Na verdade há um regime burocrático, com total democracia para a direção e os parlamentares, e nenhuma democracia para a base. Esta não decide nada, porque no partido mandam os parlamentares e governantes.

Em primeiro lugar, as resoluções dos congressos não são de aplicação obrigatória para todos. O PT, por exemplo, votou um programa econômico contrário ao FMI no congresso que decidiu o programa eleitoral de Lula, antes de chegar ao governo federal. Eleito, Lula manteve os acordos com o FMI e todo o plano neoliberal. Depois, chegou a expulsar Heloísa Helena e outros parlamentares que seguiam defendendo posições que haviam sido votadas no passado pelo PT.

Em segundo lugar, como são os parlamentares e governantes do PT que têm acesso à imprensa, eles definem as posições conhecidas do partido. Mesmo que um militante de base (ou a maioria da base) tenha outra opinião, não terá acesso à mídia e suas opiniões não se tornarão públicas. Os parlamentares não são centralizados por ninguém, nem pela base do partido. Assim, essa aparente democracia funciona para que alguns indivíduos – as figuras públicas, os parlamentares – acabem decidindo, contra a maioria dos militantes do partido.

Esse é o regime burocrático da social-democracia, em que parlamentares e governantes eleitos têm ampla democracia, e a base nenhuma. Na verdade, ela só é chamada para ganhar votos. Esse modelo é perfeito para os partidos eleitorais, cuja estratégia é essencialmente eleger.

Infelizmente, o PSOL tem funcionamento semelhante ao do PT.

Funcionamento do partido revolucionário: o centralismo democrático

O regime sob o qual deve funcionar a organização dos revolucionários parte de um outro critério: baseia-se nos organismos do partido e no respeito às decisões coletivas. É o único funcionamento em que a base, reunida nos congressos do partido, decide a política a ser aplicada por todos até o próximo congresso.

As grandes definições políticas e programáticas do partido são decididas em congressos convocados a cada dois anos, em que a base discute livremente e decide. Nos períodos prévios a eles, as diferenças podem se expressar através da organização de tendências e frações (grupos de militantes que se organizam para defender suas propostas).

Uma vez decidida a política em congresso, tendências e frações se dissolvem, com obrigação de aplicar as resoluções votadas por maioria. Todos aplicam a mesma política e a direção eleita no congresso é encarregada de colocar em prática o que foi votado até o próximo congresso. Essa é a única forma de a base do partido controlar seus dirigentes e figuras públicas e fazer com que estes atuem respeitando as deliberações do partido.

O mesmo funcionamento se dá nos núcleos do partido, que discutem livremente a política a ser aplicada em uma frente de intervenção. Depois das discussões, a maioria decide a política a ser adotada por todos.

Não há no centralismo democrático qualquer privilégio para os parlamentares. Eles têm tantos direitos e deveres como um militante de base. Defendem no parlamento as posições decididas no congresso (ou nos organismos de direção do partido entre os congressos), não as suas posições individuais. Foram eleitos pela campanha coletiva dos militantes do partido e devem aplicar a política votada por esses militantes em seus organismos.

O centralismo e a democracia são dois pólos inseparáveis, que se complementam. Não existe democracia sem centralismo, ou seja, sem respeito às decisões da maioria. E não pode existir centralismo sem democracia, debate, elaboração e decisões coletivas. Para fazer a revolução, é necessário que haja democracia, que as bases participem, opinem, corrijam a política do partido. Só assim é possível formar revolucionários num ambiente de debate. Depois das discussões democráticas, todos aplicam a política votada pela maioria.

Essa centralização é necessária porque, se cada um defender uma política diferente, quem ganha é a burguesia. Em uma greve, por exemplo, se os militantes do partido defenderem posições diferentes, ela terá mais chances de ser derrotada. A luta pelo poder, a mais encarniçada delas, seria impossível sem a ação centralizada do partido. Nunca houve uma revolução vitoriosa que não tivesse à sua frente uma organização centralizada, porque a burguesia reage de maneira também centralizada, com o peso das forças armadas.

O regime de um partido expressa, em termos organizativos, seu projeto e seu programa. O funcionamento burocrático e parlamentar dos partidos social-democratas serve ao objetivo essencial dessas organizações – a participação nas eleições. Para isso, não são necessários o centralismo (fundamental para todas as mobilizações, como uma greve, e para as revoluções), nem a democracia interna, com participação das bases. Estas, em um partido eleitoral, só têm uma tarefa essencial: buscar votos. O que não exige funcionamento democrático, nem organização militante através dos núcleos.